

Crise de 1929 e em 2009: 80 anos de (in)evoluções da economia mundial

João Teixeira dos Santos¹

Resumo

O ambiente econômico internacional é de elevada incerteza. Os agentes aguardam apreensivos a divulgação de novos indicadores e resultados da economia mundial. Com isso, permeia um clima de expectativa sobre as possíveis repercussões desses resultados nas diversas economias, sendo inevitável a comparação do atual cenário econômico com o da Grande Depressão vivida entre 1929 e 1933. Nesse sentido, o presente artigo visa elucidar algumas questões relativas a cada período, na tentativa de demonstrar os principais fatores desencadeadores, a evolução de cada cenário e analisar as ações tomadas pelos governos no sentido de recuperar o ritmo de evolução da economia. Com o objetivo de se demonstrar as (in)evoluções da economia mundial após 80 anos.

Palavras-chave: Crise de 1929. Grande Depressão. Crise financeira internacional. *Subprime*. Economia mundial.

INTRODUÇÃO

O ambiente econômico internacional é de elevada incerteza. Os agentes aguardam apreensivos a divulgação de novos indicadores e resultados da economia mundial. Com isso, permeia um clima de expectativa sobre as possíveis repercussões desses resultados nas diversas economias, sendo inevitável a comparação do atual cenário econômico com o da Grande Depressão vivida entre 1929 e 1933.

Esse sentimento de comparação por si só já causa preocupação, pois a Grande Depressão é vista como o pior e mais longo período de recessão da economia mundial desde o início do século XX. Essa crise surgiu inicialmente no âmbito da produ-

Abstract

The international economic environment is of high uncertainty. The officials concern pending the release of new indicators and results of the global economy. With this, permeates a climate of expectation on the possible implications of these results in various economies, and the inevitable comparison with the current economic scenario of the Great Depression lived between 1929 and 1933. Accordingly, this article aims to clarify some issues relating to each period in an attempt to demonstrate the main factors triggering the evolution of each scenario and analyze the actions taken by governments to recover the pace of development of the economy in order to demonstrate the changes in the world economy after 80 years.

Keywords: *Crisis of 1929. Great Depression. The international financial crisis. Subprime. World economy.*

ção, atingiu fortemente a economia real através de altas taxas de desemprego e quedas drásticas na produção e, conseqüentemente, no PIB dos países capitalistas.

Nesse sentido, o presente artigo visa elucidar algumas questões relativas a cada período, na tentativa de demonstrar os principais fatores desencadeadores, a evolução de cada cenário e analisar as ações tomadas pelos governos no sentido de recuperar o ritmo de evolução da economia.

Para tanto, será analisada a Grande Depressão iniciada em 1929, sua origem, desdobramentos e tratamento. Em seguida o foco é a atual crise financeira, sua origem, desdobramentos e as medidas tomadas para se estabilizar a economia. São confrontados os dois períodos, para então finalizar a análise com a descrições de algumas (in)evoluções na economia mundial, no recorte estudado.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joao-teixeira@sei.ba.gov.br

CRISE DE 1929-1933: A GRANDE DEPRESSÃO

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia norte-americana encontrava-se superaquecida, impulsionada principalmente pela demanda dos países europeus que estavam em guerra e necessitavam importar *commodities* e produtos industrializados. Ainda no pós-Guerra, a economia norte-americana estava impulsionada com as vendas para a reconstrução dos países afetados pelo conflito. Nessa situação, a indústria dos EUA produzia e exportava grandes quantidades, dinamizando a economia, gerando empregos e acumulando divisas.

O clima de otimismo se fez acompanhar de grandes investimentos na capacidade produtiva. Para tal, os empresários norte-americanos captavam recursos de duas maneiras: adquirindo empréstimos junto a instituições financeiras e captando recursos com a emissão e venda de ações em mercado aberto. Na primeira situação, eram apresentadas como garantia aos bancos muitas vezes ações das empresas, as propriedades fundiárias, equipamentos e instalações. Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA passaram de maior devedor a maior credor da economia mundial, financiando a reconstrução dos países europeus.

Entretanto, no final da década de 1920, com o avanço da reconstrução das nações europeias, esses países reduziram drasticamente suas importações, o que impactou diretamente nas exportações agrícolas e industriais dos EUA. Como o aumento dos salários não foi proporcional ao aumento da produtividade na indústria e na agricultura, o mercado interno norte-americano não foi suficiente para absorver toda a produção, e instalou-se uma crise de superprodução.

Como os americanos importavam muitos produtos e insumos para sua produção, a consequente redução dessas importações afetou também os países que exportavam para os EUA, alastrando a crise pelas economias capitalistas.

Nesse contexto, houve uma redução nos preços e no nível de emprego, o que aprofundou a crise

no sistema produtivo dos EUA. O aumento dos estoques elevou os custos de armazenamento das empresas e dos agricultores, que foram obrigados a reduzir ou parar a produção e demitir seus funcionários. A redução das receitas inviabilizou o pagamento dos empréstimos aos bancos, o que levou a crise para a esfera financeira, pois as garantias dos empréstimos não foram suficientes para suprir o rombo dos bancos.

O sistema bancário americano era diferente do europeu. Enquanto a Europa contava com grandes bancos estruturados e capitalizados

com a revolução industrial, o sistema bancário americano era composto por bancos pequenos e médios que não suportaram a carga de empréstimos oferecidos. Desse modo, a falta ou pouca regulação no sistema financeiro americano contribuíram para o agravamento da crise.

A turbulência ficou maior devido à especulação financeira. Apesar da crise na esfera real da economia, os investidores mantiveram suas especulações em ações. De modo que os papéis emitidos pelas empresas para captar recursos continuavam supervalorizados e não condiziam com sua real situação. Quando os preços das ações começaram a cair, os acionistas tentaram se desfazer dos papéis, mas não havia demanda interessada em investir no mercado financeiro. Essa situação resultou na queda dos preços das ações e provocou, em 24 de outubro de 1929, a "quinta-feira negra" com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que se alastrou para as bolsas de Londres, Berlim e Tóquio.

A crise repercutiu rapidamente pelo mundo, devido à interdependência do sistema capitalista. Os EUA eram, após a Primeira Guerra Mundial, o maior credor dos países europeus e latino-americanos, e passaram a exercer forte pressão no sentido de receberem seus pagamentos. Com a quebra industrial, o abastecimento do mercado latino-americano foi afetado, provocando a falta de produtos e a elevação de preços nesses países, as importações norte-americanas diminuía e mais uma vez os países latinos sentiam os efeitos da crise, pois

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia norte-americana encontrava-se superaquecida, impulsionada principalmente pela demanda dos países europeus que estavam em guerra e necessitavam importar *commodities* e produtos industrializados

viviam da exportação de gêneros primários ou mesmo supérfluos, como o café no Brasil.

Na medida em que a economia europeia se retraía, as áreas coloniais na Ásia e na África eram afetadas, pois aumentava a exploração das potências imperialistas. O único país a não sentir os efeitos da crise foi a URSS, que naquele momento encerrava o primeiro Plano Quinquenal e preparava o segundo, ou seja, desenvolvia uma economia fechada, que não se utilizou de recursos externos, apesar das grandes dificuldades do país após a Revolução Russa e a Guerra Civil.

O TRATAMENTO DA CRISE DE 1929:

Curiosamente, o senso de catástrofe e desorientação causado pela Grande Depressão foi talvez maior entre os homens de negócio, economistas e políticos do que entre as massas. O desemprego em massa, o colapso dos preços agrícolas as atingiram com força, mas elas não tinham dúvida de que havia alguma solução política para essas injustiças inesperadas – na esquerda ou na direita – até o ponto em que os pobres podem esperar que suas modestas necessidades sejam satisfeitas. Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. (HOBBSAWN, 1995.)

No período entreguerras (1919-1939), a economia mundial procurou encontrar caminhos para sua recuperação a partir do liberalismo de Estado, ao mesmo tempo em que se consolidava o capitalismo monopolista. Nessa situação, as grandes empresas e os conglomerados financeiros possuíam liberdade para tomar suas decisões, voltadas essencialmente ao aumento de seus respectivos capitais. Houve uma espécie de fusão entre os capitais produtivos e financeiros, com a formação de grandes empresas que eram responsáveis pela produção em larga escala, reduzindo custos e assolando os produtores menores.

É nesse contexto que se instala a crise de superprodução nas economias capitalistas. Inicialmente, com as perturbações no sistema monetário, o comércio mundial retrocedeu consideravelmente. Com isso, os países passaram a disputar ferrenha-

Com a eclosão da crise, a economia liberal foi posta em debate. E a partir de meados da década de 1930, a maioria das economias capitalistas tinha mudado seus representantes de Estado e suas políticas

mente novos mercados, o que era cada vez mais difícil devido à industrialização dos países além-mar – EUA e Japão –, além da Rússia. O resultado foi um verdadeiro "salve-se quem puder", num jogo de cada um contra todos. Esse jogo de conquista

de mercados com cada vez maiores barreiras à entrada (devido aos custos de transporte da época) resultou no abandono universal do livre-câmbio, na intensificação do protecionismo com políticas de defesa e isolamento contra mercadorias, homens e moedas de outras partes do mundo.

Entretanto, esse protecionismo exarcebado não teve como se manter, pois o sistema capitalista já se apresentava interdependente, com os países produtores de manufaturados dependendo dos países produtores de matérias-primas, e vice-versa. Assim, as economias nacionais se fecham umas às outras.

A Inglaterra encolhe-se em suas colônias e seus Domínios, a França em seu Império, a Alemanha e os Estados da Europa Oriental evoluem para a autarquia e o protecionismo; nos Estados Unidos, o *New Deal* é essencialmente orientado para o mercado interno. (MARQUES, 2003.)

A recuperação se dá a partir do mercado interno, apesar desse mercado, em alguns casos, como Inglaterra e França, se estender além das fronteiras de cada país. Também se observa mudanças no campo geopolítico.

Com a eclosão da crise, a economia liberal foi posta em debate. E a partir de meados da década de 1930, a maioria das economias capitalistas tinha mudado seus representantes de Estado e suas políticas. Nas palavras de Hobsbawn (1995):

A mudança nem sempre foi tão imediata quanto na América Latina, onde doze países mudaram de governo ou regime em 1930-31,

dez deles por golpe militar. [...] Na Europa e Japão, deu-se uma impressionante virada para a direita, com exceção da Escandinávia, onde a Suécia entrou em seu governo social-democrata de meio século em 1932, e na Espanha, onde a monarquia Bourbon deu lugar a uma infeliz e, como se viu, breve República em 1931. [...] quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares – Japão (1931) e Alemanha (1933) – constituiu a consequência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão.

Em relação aos países exportadores de matérias-primas ou produtos primários, a crise os afetou com a redução dos preços de seus produtos no mercado internacional. A política então foi na tentativa de industrializar a base produtiva internamente e restringir a importação de produtos manufaturados, num processo de substituição de importações. No Brasil, por exemplo, se observa a migração de capital do café e o início da industrialização concentrada no Estado de São Paulo.

Mas ainda persiste o grande problema do desemprego, devido à diminuição do ritmo da produção nos diversos setores e países. Aliado com as teorias de John Keynes, e indo contra a doutrina liberal, surge o Estado como principal investidor. Com investimentos voltados principalmente para infraestrutura, a partir de grandes obras públicas, no intuito de movimentar a economia e gerar empregos. Nos EUA esse processo denominou-se de *New Deal*, plano posto em prática pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, eleito em 1932. Além da criação de direitos e políticas de assistência à classe trabalhadora, como seguro de desemprego.

Como se observa, essa crise deu espaço para novas doutrinas e concepções da realidade. Tais mudanças se deram nos campos da política, da economia e do contexto social. As teorias que apontavam que não seria possível sair da crise sem uma intervenção e regulação maior do Estado na economia, na política e no social foram se consolidando cada vez mais. Com o desenrolar da crise, nem os políticos, tampouco a população, acreditavam nos mecanismos automáticos de regulação da economia: os capitalistas.

CRISE DE 2009

Durante três décadas as empresas e organizações defenderam o livre mercado, com redução do papel do Estado na dinâmica da economia. Esse livre mercado foi defendido para assegurar o equilíbrio dos processos econômicos e a livre concorrência, acreditando no conceito da "mão invisível" do mercado defendido por Adam Smith e aprimorado pelos (neo)liberais como um mercado autorregulado.

Atualmente, a crise financeira que está instalada no epicentro da economia capitalista vem demandando ações dos Estados para suprir falhas de mercado que foram sendo acumuladas. Nas palavras de Ladislau Dowbor: "Com a fragilização do Estado e a falência da autorregulação, gerou-se simplesmente o caos." E a crise se desencadeou da maneira que se narra a seguir.

Em junho de 2007, o banco norte-americano *Bear Stearns* anuncia a redução de cerca de 30% no lucro do segundo trimestre devido aos créditos imobiliários. No mês seguinte, a *Countrywide Financial*, maior empresa do ramo de crédito hipotecário dos Estados Unidos, divulga queda no lucro e reduz projeções para os meses seguintes. Inicia-se então um processo de crise no sistema financeiro dos Estados Unidos. Em 2008, os efeitos desta crise se tornam mais evidentes e contundentes. O ano de 2009 se inicia com perspectivas de decréscimo do comércio mundial, o primeiro desde 1982, com proporções tão catastróficas que surge a comparação com o período da Grande Depressão (1929-1933).

Observa-se que a manifestação da crise atual se deu a partir da esfera financeira, mas seus efeitos já estão sendo perceptíveis na esfera real da economia, com redução do ritmo nas indústrias e aumento do desemprego nas principais economias do globo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Visto isso, analisaremos a origem da crise que surgiu a partir do colapso do mercado de hipotecas *subprime* no mercado de crédito e imobiliário dos EUA. Existem fatores macroeconômicos e microeconômicos que desencadearam a atual crise.

Entre os fatores macroeconômicos, destaca-se o longo período de baixas taxas de juros no mercado de crédito norte-americano – os juros atingiram a taxa de 1% ao ano em junho de 2003, permane-

cendo nesse nível até junho de 2004. Este período estimulou o mercado de crédito, impulsionando a demanda interna afetada pelos atentados de 11 de setembro. Esse aumento da procura por crédito fez com que os bancos aceitassem um nível maior de risco em suas transações, através de hipotecas *subprime*. Entretanto, seguindo a lei da oferta e da procura, esse estímulo no mercado de crédito intensificou a procura por imóveis, que passaram por um ciclo de alta nos seus preços: o *boom* do mercado imobiliário norte-americano.

Em relação aos fatores microeconômicos, destacam-se a falta de regulamentação dos mercados financeiros, o excesso de confiança nos mecanismos de transferência de riscos e a alta liquidez, que contribuíram para a criação de produtos sofisticados como os títulos lastreados, cujos riscos resultaram em apereçamentos inadequados dos ativos.

Assim, a crise do mercado de hipotecas *subprime* teve início, por sua vez, com o boom do mercado imobiliário. As operações *subprime* caracterizavam-se por: empréstimos de longo prazo, em geral de 30 anos, divididos em dois períodos distintos. Nos dois ou três primeiros anos, as taxas de juros eram fixas e relativamente baixas. Já no período seguinte, que seguia até o final do contrato, as taxas de juros eram mais elevadas e reajustadas pe-

riodicamente com base em taxas praticadas pelos bancos. (A CRISE ..., 2009.)

A partir de junho de 2004, as taxas de juros dos EUA começaram a aumentar e em 2005 o mercado imobiliário norte-americano ainda estava aquecido. Essa situação se mantinha sustentável, pois com os preços dos imóveis em alta os devedores conseguiam renegociar o contrato, apesar de as condições ficarem mais favoráveis aos bancos.

Entretanto, em 2006 o mercado imobiliário já apresentava saturação, com consequente queda na demanda por imóveis, que em conjunto com o aumento das taxas de juros, que chegaram a 5,25% ao ano em 2006, dificultavam o pagamento das prestações por partes dos títulos hipotecários *subprime*.

Nesse contexto, se instalou um clima de incerteza sobre o pagamento dessas hipotecas. A inadimplência das hipotecas *subprime* aumentou bruscamente, passando de 2,1% no primeiro trimestre de 2007 para 5,1% no terceiro trimestre de 2008. Esse clima se manifesta em toda a esfera financeira norte-americana, pois devido ao excesso de confiança nos mecanismos de transferência de riscos, esses títulos eram repassados entre as instituições financeiras como lastro nas operações de captação de recursos, conforme a Figura 1.

COMO COMEÇOU A CRISE



Figura 1
Como começou a crise

Fonte: ENTENDA a evolução da crise que atingiu a economia dos EUA. Folhaonline. 3 fev. 2009.

Em suma, atualmente a dinâmica econômica financeira apresenta um clima de incerteza, onde as perdas contábeis de bancos e companhias de valores imobiliários estão estimadas em US\$ 955 bilhões, desde julho de 2007 (A CRISE ..., 2009). Os bancos envolvidos sinalizam reconhecer o não recebimento das hipotecas *subprime* e o que seria chamado de calote, aqui no Brasil, levou descon-fiança para os agentes econômicos de todo o globo, gerando uma crise de liquidez. Essa situação já se reflete nos agregados econômicos reais, com redução do ritmo de produção, investimento e emprego.

No âmbito da produção, o Fundo Monetário Internacional (FMI), após analisar o grupo dos 20 países industrializados e economias de mercado emergentes (G-20), aponta uma contração da economia mundial, a primeira após 60 anos.

Tabela 1
Variação do Produto Interno Bruto Real dos países do G20

Variação PIB Real	Variação anual em %		
	2007	2008 ¹	2009 ²
Mundo	5,2	3,2	- 1,0 a - 0,5
Economias avançadas	2,7	0,8	- 3,5 a - 3,0
EUA	2,0	1,1	- 2,6
Área do EURO	2,6	0,9	- 3,2
Japão	2,4	- 0,7	- 5,8
Economias emergentes	8,3	6,1	1,5 a 2,0

Fonte: Boletim Digital del FMI, Washinton, D.C., mar. 2009.

Notas: ¹ Estimativas

² Projeções

O TRATAMENTO DA CRISE ATUAL

O credo liberal e a panaceia dos mercados "eficientes" ou "autorregulados" foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior (Inglaterra) ou menor (Estados Unidos) grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito. (MAZZUCHELLI, 2008)

Considerando a origem da atual crise – o sistema financeiro –, os governos têm agido, inicialmente, no sentido de minimizar as perdas envolvendo

as operações *subprime* e no sentido de garantir a liquidez ao mercado e, assim, restabelecer a confiança no mercado financeiro. Para tal, foram aprovados pacotes de ajuda financeira com a injeção de grandes quantias no mercado e ajuda direta às principais instituições envolvidas com as perdas nas operações *subprime*. Para garantir liquidez, foram ainda adotadas medidas em conjunto pelos principais Bancos Centrais do globo, alterando as alíquotas e regras de recolhimento compulsório e de redução das taxas de juros, reduzindo o custo de aquisição de capital.

Destaca-se a decisão de o governo americano disponibilizar US\$ 2,25 trilhões, sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 500 bilhões para garantir os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos. O Banco Central americano (Federal Reserve) aumentou ainda para US\$ 900 bilhões seus acordos de troca de moedas com dez bancos centrais (Austrália, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Nova Zelândia, Japão, Noruega, Suécia, Suíça e Banco Central Europeu) para ampliar a liquidez em dólares nos principais centros monetários. Os países da União Europeia (Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia) e a Noruega, por sua vez, disponibilizaram US\$ 2,75 trilhões para garantir as operações interbancárias. Além disso, a Itália anunciou disponibilizar "o quanto for necessário" e a Polônia sinalizou plano semelhante. (MAZZUCHELLI, 2008)

Numa perspectiva cada vez mais dramática, as previsões das principais instituições econômicas mundiais se atualizam apontando um decréscimo cada vez maior para a economia global, o primeiro após 60 anos.

Tomaram-se também medidas de caráter fiscal, com a redução de impostos sob a população e setores estratégicos para estimular o consumo na tentativa de dinamizar a economia e assegurar postos de trabalho, principalmente na indústria. Nos EUA foram reduzidos impostos sobre a classe média e oferecidos incentivos a empresários, enquanto no Brasil foi adotada a redução do Imposto sob Produtos Industrializados (IPI), que contribuiu para a recuperação da indústria automobilística. Ações desse tipo foram

tomadas em outras economias, mas não garantiram a permanência de todos os postos de trabalho.

Na reunião da cúpula do Grupo dos 20 (G20), formado pelas 20 principais economias do globo, acontecida no início de abril deste ano, destacaram-se algumas ações no intuito de reafirmar-se a necessidade dos países mais desenvolvidos subsidiarem a superação da crise financeira. Nesse sentido, foi firmado um compromisso de se fortalecer o FMI. Isso elevou de US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões os recursos disponíveis para empréstimos aos países. Além desse valor, mais US\$ 250 bilhões para aumentar as reservas internacionais dos países.

A cúpula também discutiu artifícios para regular as atividades financeiras e reprimir os paraísos fiscais. O G20 estabeleceu a criação de um Painel de Estabilidade Financeira para discutir maneiras de se regular os mercados e especulações financeiras.

No âmbito do comércio internacional, destinaram-se mais US\$ 250 bilhões, além do valor reservado ao FMI, para se restabelecer o crédito às exportações por meio de instituições internacionais, além de reforçar a intenção de combate ao protecionismo. Esse combate seria responsabilidade da Organização Mundial do Comércio (OMC), através do monitoramento daqueles que adotarem medidas protecionistas.

Os Banco Centrais abandonaram o discurso (neo) liberal e partiram para o socorro de instituições com ajudas diretas nunca vistas anteriormente, em ações caracterizadas como clássicas e, sobretudo, tipicamente keynesianas. Ficou clara a disposição para a intervenção estatal, sem o protecionismo exercido em 1929, e a adoção de políticas econômicas em conjunto pelas principais economias do globo como um elemento determinante na tentativa de recuperação da economia mundial.

CRISE DE 1929 X CRISE DE 2009

Seguramente, o peso da riqueza financeira em relação ao produto, a sofisticação (e

opacidade) das operações financeiras e a interligação entre os vários segmentos dos mercados em escala global são hoje infinitamente maiores do que no final da década de 1920. A dimensão recente alcançada pela riqueza financeira (US\$ 229,7 trilhões em dezembro de 2007, mais de quatro vezes superior ao PIB mundial) e a escala real ou nacional das perdas incorridas sugerem que estamos diante de um processo monumental de desvalorização de ativos, muitas vezes superior ao que se assistiu há quase oitenta anos. De acordo com a Federação Mundial das Bolsas de Valores, a desvalorização da riqueza acionária global somou US\$ 29,5 trilhões entre outubro de 2007 e outubro de 2008. (MAZZUCHELLI, 2008)

A crise de 1929 surgiu na esfera real da economia e se alastrou pelo mercado financeiro, devido às especulações em torno do valor das ações de empresas nas bolsas de valores e da fragilidade da regulação nesse mercado. A crise atual fez o caminho inverso, instalou-se inicialmente no mercado de títulos *subprime* e já atingiu a economia real, com impactos negativos na produção, no comércio e no mercado de trabalho mundial.

Apesar das crises terem surgido em esferas diferentes, uma na economia real e outra no mercado financeiro, a crise de 1929 e a crise atual apresentam muitas semelhanças. As duas possuem como um dos fatores de origem a falta ou pouca regulamentação dos mercados e se deram num contexto de políticas (neo)liberais de mercados autorregulados. Apresentaram também um forte ponto de inflexão, pois passaram do *boom* da produção (crise 1929) e do *boom* imobiliário (crise 2009) para períodos de elevada incerteza e de recessão ou expectativa de recessão no comércio e produção mundial. Ou seja, apresentavam políticas e momentos econômicos similares.

As revoluções ocorridas nesses 80 anos – nos fluxos de informações, nos meios de comunicação e de transporte – diferenciam a velocidade e intensidade da propagação das crises de duas formas: em caráter positivo e negativo. Uma maior velocidade

de das informações contribui no sentido de se uniformizar as informações e de se integrar o combate à crise no atual momento da economia capitalista, algo que não aconteceu em 1929. Por outro lado, a modernização dos meios de transporte, no aumento dos fluxos de informações

e a consequente redução nos custos de logística, facilitam a venda em outros mercados, aumentando a competitividade internacional entre as empresas, e dificultando as indústrias nacionais. Além desse maior fluxo e ritmo de informações permitir que a crise transborde pelas economias mais rapidamente e possibilitar que ela atinja maior número de países, com o aumento da interdependência entre os mercados.

Entretanto, o que pode ser dito até então é que a velocidade, intensidade e efetividade das ações tomadas pelos Governos são hoje muito maiores. Apesar do Governo norte-americano, ainda sob a presidência de George Bush, ter hesitado em combater a crise imediatamente, quando se efetivou a necessidade de ajuda as instituições financeiras foram tomadas providências por parte dos Governos. Desse modo, apesar da atual maior complexidade e integração da economia mundial, a crise deve ser mais amena que a verificada em 1929, denominada Grande Depressão.

Vamos analisar nesta seção como e porque chegar a essa conclusão. Primeiramente, a partir da eclosão da crise atual, os governos foram mais ágeis no abandono da doutrinas (neo)liberais em relação ao período da Grande Depressão, e partiram para o socorro das instituições envolvidas com títulos *subprime*. Algo que não aconteceu em 1929, quando as ações expansionistas eram vistas com suspeição por alimentar a inflação e precipitar, dessa forma, a desvalorização cambial (MAZZUCHELLI, 2008).

Outro fator importante é o ambiente geopolítico. A Grande Depressão iniciou-se após a Primeira Guerra Mundial, com alguns países voltados para dentro. Nesse ambiente, qualquer negociação de

cooperação entre os países se tornava mais complexa, e o que aconteceu foi reflexo disto, com os países tomando decisões isoladas, a fim de superar a crise a qualquer custo através de ações protecionistas. Atualmente, na geopolítica existem alguns

As ações de regulação do mercado financeiro acontecem agora de maneira global, no sentido de se garantir a liquidez do mercado e minimizar os efeitos negativos da especulação, enquanto na crise de 1929 a regulação implicava a imposição de regras para garantir que se reduzissem as importações e a saída de recursos do país de origem

origem

conflitos pontuais, sobretudo no oriente. Mas existem órgãos e instituições internacionais para opinar e intervir nas decisões de conflito, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A democracia e a cooperação internacional estão em evidência. Isso se verifica também no ambiente econômico. Os países estão se reunindo e discutem soluções para a crise atual, adotam ações em conjunto e dialogam no sentido de superação da crise. Estas ações são tomadas em conjunto com o mesmo propósito pelos Bancos Centrais e pelas instituições financeiras internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. O G20 apresentou, recentemente, diversas ações para garantir que as economias mais desenvolvidas subsidiem as economias menos desenvolvidas a superarem a crise, além de registrarem a intenção de repelir ações de caráter protecionistas, através da OMC.

As ações de regulação do mercado financeiro acontecem agora de maneira global, no sentido de se garantir a liquidez do mercado e minimizar os efeitos negativos da especulação, enquanto na crise de 1929 a regulação implicava a imposição de regras para garantir que se reduzissem as importações e a saída de recursos do país de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo a descrição da crise de 1929 e de 2009, e a análise dos tratamentos de cada cenário, pode-se chegar a algumas conclusões. Serão destacadas as (in)evoluções, no contexto apresentado, da economia mundial após o intervalo de 80 anos entre as duas crises.

Como involução, destaca-se a manutenção da frágil regulação dos mercados. O capitalismo é

voltado para a geração, acúmulo e concentração de riqueza, a partir de atividades da esfera real ou financeira da economia. Nesse sentido, as duas crises mostram que a economia não pode ser regulada pelos capitalistas, pois o caráter especulativo e acumulativo se mostra muito eficiente nos períodos de crescimento, mas quando existem incertezas no mercado e o consequente risco, os agentes se voltam exclusivamente para a liquidez e acumulam suas riquezas em ambientes seguros.

Outra involução é o comportamento individualista dos capitalistas, pois nos períodos de crescimento econômico e aumento dos lucros as empresas batem recordes de lucro, mas não o distribuem proporcionalmente aos funcionários. Apesar de apresentarem uma maior demanda por funcionários – reduzindo o desemprego –, não existem efeitos multiplicadores consistentes para a sociedade. Entretanto, com a possibilidade de queda nas vendas e, consequentemente, nos lucros, os Governos se viram forçados a intervir de maneira a garantir recursos para as empresas. Ou seja, o dinheiro dos contribuintes, que deveria ser utilizado em melhorias para a sociedade, é destinado a empresas privadas.

Na evolução da economia mundial, no contexto apresentado, destaca-se o aprendizado no tratamento da atual crise. As ações foram tomadas em conjunto. Com rapidez se abandonou o discurso (neo)liberal. Os Bancos Centrais dialogaram e caminharam numa mesma direção. Ao invés de competirem, aliaram-se num mesmo objetivo: superar a crise. Esse objetivo ultrapassou a esfera econômica e se deu também na esfera geopolítica, com o compromisso de ser mantido o livre comércio.

Evolução também na velocidade e qualidade dos fluxos de informações e dos meios de transporte. Novos mecanismos de logística e *softwares* avançados são importantes ferramentas no entendimento e combate a incertezas na economia mundial. As grandes empresas disponibilizam periodicamente informações detalhadas sobre a situação financeira da instituição e contribuem para a transparência. Existe também uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Fatores que atualmente influenciam a decisão dos investidores no mercado financeiro e dos consumidores na economia real.

Desse modo, passaram 80 anos e a economia capitalista apresenta o mesmo calcanhar de Aquiles: os capitalistas. A crise atual demonstra mais uma vez a necessidade de se regular os mercados e de garantir limites na transferência de riscos e no comportamento de maximização dos agentes.

Entretanto, em suma, acredita-se numa superação da crise com menos sequelas que em 1929. Até porque, na ocasião anterior, a crise culminou na Segunda Guerra Mundial, algo que atualmente não possibilita a sobrevivência da espécie humana, devido ao poder bélico das nações e às consequências não serem suportadas pelo meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- AUMENTA o calote a cartões de crédito nos EUA. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/08/aumenta-calote-cartoes-de-credito-nos-eua-754753734.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- BOLETÍN DIGITAL DEL FMI. Washington (DC), mar. de 2009.
- BRANCO, Estácio L. C. *A crise econômica de 1929*. Disponível em: <<http://eduquenet.net/criseeconomica29.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- A CRISE internacional e possíveis repercussões: primeiras análises. *Comunicado da Presidência-IPEA*. São Paulo, n. 16, jan. 2009.
- CROUZET, Maurice. A grande depressão. In: *História geral das civilizações*. VII – A Época Contemporânea. São Paulo: Difel, 1977, p. 128-130.
- DOWBOR, Ladislau. *Crise abre espaço para repensar Estado e desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2009.
- ENTENDA a evolução da crise que atingiu a economia dos EUA. *Folhaonline*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498060.shtml>>. Acesso em: 3 fev. 2009.
- FIORI, José Luis. *Os economistas e a crise*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2009.
- GALBRAITH, J. K. Dias de boom e de desastre. In: ROBERTS, J.M. *História do século XX*. Lisboa: Presença, 2007. p. 1331-2.
- G20 aumenta poder de fogo do FMI para US\$ 1 trilhão. *Portal Exame*. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/economia/g20-aumenta-poder-fogo-fmi-us-1-trilhao-432640.html>>. Acesso em: 05 abr. 2009.
- HOBBSBANW, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LICHTENSZTEJN, Samuel. A crise financeira internacional: condições e implicações. *Revista de Economia Política*, Ciudad del México, v. 3, n. 2, p. 27-49, abr./jun. 1983.

MARQUES, Adhemar Martins. A Crise de 1929. In: *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 155-166.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A crise em perspectiva: 1929 e 2008*. Disponível em: <<http://www.tecnologiasa.com.br/2008/10/31/a-crise-atual-em-uma-perspectiva-historica-1929-e-2008>>. Acesso em: 2 mar. 2009.

MERCADANTE, Aloísio. *Sombras de 1929*. Disponível em: <<http://www.mercadante.com.br/astigos>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crise financeira?* Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15900&boletim_id=544&componente_id=9429>. Acesso em: 1 abr. 2009.

SINGER, Paul. *As políticas Keynesianas à prova*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1903200908.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976, p. 296-97.

TROTSKI, Leon. *Os Estados Unidos após a crise de 1929*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

VAZQUEZ DE PRADA, Valentin. *História econômica mundial II*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1978, p. 372-73.

WILHEIM, Jorge. *Crise: o urgente e o básico*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200909.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2009.